Docusign Envelope ID: 11EB219B-0AD9-8F1B-81F9-0B3C20C47F0E

BLENDPAPER

Blendpaper Security Papéis Especiais S.A.

CNPJ/MF nº 02.364.069/0001-20

Demonstração Financeiras dos Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais - R$)

Balanços Patrimoniais

Ativos	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Caixa e equivalentes de caixa	8	13.406	9.768
Aplicações financeiras vinculadas	9	3.421	9.385
Contas a receber	10	63.050	88.195
Estoques	11	51.003	46.997
Impostos a recuperar	12	12.051	43.576
IR e CS a recuperar		5.261	3.409
Outros ativos		8.105	8.801
Total do ativo circulante		156.297	210.131
Impostos a recuperar	12	9.270	17.175
Depósitos judiciais	18	477	449
IR e CS diferidos	17	5.180	-
Imobilizado	13	116.088	124.360
Intangível		3.504	4.354
Total do ativo não circulante		134.519	146.338
Total do ativo		290.816	356.469

Passivos	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Fornecedores	15	37.227	73.359
Salários e encargos sociais	19	9.025	8.210
Impostos, taxas, contribuições e parcelamentos		5.668	1.994
Empréstimos e financiamentos	16	34.605	66.829
Comissões a pagar		1.310	14.776
Adiantamento de clientes	20	17.808	25.041
Receitas a realizar		122	1.102
Outras contas a pagar	21	6.617	48.860
Total do passivo circulante		112.382	240.171
Adiantamento de clientes	20	8.485	16.306
Mútuos - partes relacionadas	14	-	2.189
Empréstimos e financiamentos	16	91.484	-
Impostos, taxas, contribuições e parcelamentos		13.001	3.968
Provisão para riscos trabalhistas, cíveis e tributários	18	5.972	5.750
Outras contas a pagar	21	413	833
Total do passivo não circulante		119.355	29.046
Patrimônio líquido	22		
Capital social		362.894	362.894
Transação com acionistas		(66.248)	(66.248)
Prejuízos acumulados		(237.567)	(209.394)
Total do patrimônio líquido		59.079	87.252
Total do passivo e patrimônio líquido		290.816	356.469

Demonstração do Resultado

	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Receita operacional líquida	23	353.362	467.753
Custo dos produtos vendidos	24	(251.269)	(353.632)
Lucro bruto		102.093	114.121
Despesas comerciais	24	(23.487)	(22.687)
Despesas gerais e administrativas	24	(60.860)	(51.389)
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber e ativos de contra	24	(117)	1.096
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	24	(6.360)	(5.090)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		11.269	36.051
Receitas financeiras	25	4.486	4.651
Despesas financeiras	25	(37.774)	(43.524)
Variação cambial, líquida	25	(11.334)	3.544
Resultado antes do IR e da CS		(33.353)	722
Imposto de renda e contribuição social	17		
Corrente		-	-
Diferido		5.180	-
Lucro (prejuízo) líquido do exercício		(28.173)	722

Demonstração do Resultado Abrangente

	31/12/2025	31/12/2024
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	(28.173)	722
Resultado abrangente do exercício	(28.173)	722

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

	Capital social	Transações com acionistas	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2024	362.893	(66.248)	(210.116)	86.529
Emissão de novas ações	1	-	-	1
Lucro do exercício	-	-	722	722
Saldos em 31 de dezembro de 2024	362.894	(66.248)	(209.394)	87.252
Prejuízo do exercício	-	-	(28.173)	(28.173)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	362.894	(66.248)	(237.567)	59.079

Demonstração dos Fluxos de Caixa

	Nota explicativa	31/12/2025	31/12/2024
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Lucro (prejuízo) líquido do exercício		(28.173)	722
Ajustes para:			
Depreciação e amortização	24	12.972	13.409
Baixa de ativo imobilizado	13	1.766	13.347
Baixa de ativo de direito de uso		-	1.449
Amortização de direito de uso		-	427
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber e ativos de contrato	10	117	(1.095)
Juros provisionados, líquidos		20.055	14.822
Amortização do custo de empréstimo (custo de transação - CDCA e Debêntures)	16	7.135	5.622
Estorno de arrendamento mercantil		-	(1.937)
Juros arrendamento		-	326
Ganho (perda) de variação cambial não realizada		5.717	(8.102)
Baixa de depósitos judiciais	18	-	554
Provisão (reversão) para riscos trabalhistas, cíveis e tributários	18	(611)	(720)
Atualização monetária de riscos trabalhistas, cíveis e tributários	18	819	509
Provisão para perda de estoques, líquidas	11	212	(1.535)
Créditos tributários	25	-	(3.875)
Atualização monetária sobre créditos tributários		(571)	(1.927)
Provisão de contas e impostos a pagar		2.960	-
Provisão de comissionamento da emissão do CDCA a pagar	21	(22.078)	-
Provisão "sucess fee"	21	(261)	2.138
Juros sobre comissionamento a pagar		-	4.323
Receitas a realizar		(980)	1.102
Rendimentos de aplicações financeiras	25	(1.317)	(2.156)
Provisão para ajuste ao valor recuperável - ICMS	12	(1.053)	(9.997)
Provisão de IR e CS diferidos	17	(5.180)	-
		(8.471)	27.406
Variações em:			
Aplicações financeiras vinculadas		7.281	895
Contas a receber de clientes		19.186	22.222
Estoques		(4.218)	27.265
Impostos a recuperar		39.202	40.233
Depósitos judiciais		(14)	(73)
Outros ativos		753	(1.399)
Fornecedores		(36.002)	(8.351)
Salários e encargos sociais		815	(6.257)
Impostos, taxas, contribuições e parcelamentos		(3.269)	(2.005)
Adiantamento de clientes		(15.043)	11.992
Outros passivos		2.743	(3.815)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais		2.963	108.113
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Participação societária		-	1
Pagamentos de imobilizado e intangível		(5.625)	(23.559)
Venda de imobilizado e intangível		353	2.907
Fluxo de caixa proveniente das atividades de investimento		(5.272)	(20.651)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Captação através de empréstimos	16	141.744	55.649
Captação através de mútuos		-	2.094
Amortização de mútuos		(2.094)	-
Amortização de empréstimos	16	(73.944)	(135.562)
Pagamento de arrendamentos		-	(756)
Amortização de juros		(18.901)	(11.580)
Pagamento do custo de transação	16	(17.358)	-
Pagamento de comissionamento da emissão do CDCA	21	(23.500)	-
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento		5.947	(90.155)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa, líquidos		3.638	(2.693)
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	8	9.768	12.461
Caixa e equivalentes de caixa em 31º de dezembro	8	13.406	9.768

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

1. Informações gerais: A Blendpaper Security Papéis Especiais S.A. ("Companhia") é uma sociedade por ações de capital fechado, com sede no município de Salto, na Rod. da Convenção, 30 – Salto de São José, Salto -SP. A Companhia atua na fabricação de papéis especiais, de segurança, papel moeda, bem como no comércio, na importação e na exportação de produtos de papel e similares. De junho de 2014 a setembro de 2020, a Companhia tinha como cotista final o Grupo Fedrigoni S.p.A., cuja matriz está sediada na cidade de Verona, Itália, e que em janeiro de 2018 foi adquirida pela Bain Capital Private Equity. Em 31 de julho de 2020, a Fedrigoni S.p.A. e a GBRBR Holding S.A., assinaram um acordo de compra e venda referente a Fedrigoni Brasil Papéis Ltda., sendo que uma das condições previstas no acordo era o "carve-out" das operações de papéis especiais, papel moeda e papéis de segurança produzidos na planta de Salto e papéis autoadesivos produzidos na planta de Jundiaí, que ocorreu em 30 de setembro de 2020. O acordo de compra e venda firmado entre as partes objetivou a venda da Fedrigoni Brasil Papéis Ltda., operando somente com a unidade de Salto após a realização do "carve-out", com o mesmo CNPJ, razão social e inscrições existentes, visto que estavam vinculados as licenças e contratos para manter a operação em funcionamento, assim até 10 de agosto de 2022 a planta de Salto operou sob a razão social de Fedrigoni Brasil Papéis S.A., e a partir desta data passou a chamar-se Blendpaper Security Papéis Especiais S.A., controlada pela GBRBR Holding S.A. . A Fedrigoni S.p.A., por sua vez, constituiu uma nova empresa com um novo CNPJ para assumir as operações da unidade de Jundiaí. Em 12 de junho de 2024 foi aprovada a emissão de 10.000 ações ordinárias, no valor de R$ 1.000 em nome da Villa Lobos Holding S.A. Com essa operação, a Companhia passou a ter como acionistas finais a GBRBR Holding S.A (controlador final), com 99,99% do capital social e a Villa Lobos Holding S.A, com 0,01% do capital social. Em 31 de março de 2025 e em 14 de agosto de 2025, a Companhia celebrou, respectivamente, o Instrumento Particular de Escritura da 1ª (primeira) e da 2ª (segunda) Emissão de Debêntures Conversíveis em Ações Ordinárias, em Série Única, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, para Colocação Privada, da Blendpaper Security Papéis Especiais S.A. junto à XP Asset, por meio do qual a Emissora emitiu 122.000 (cento e vinte e duas mil) debêntures conversíveis em ações ordinárias, sendo 90.000 (noventa mil) referente à 1ª (primeira) emissão e 32.000 (trinta e duas mil) referente à 2ª (segunda) emissão (detalhes apresentados na nota explicativa 16). **Continuidade operacional:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia de continuar operando e pelo uso dessa base contábil na elaboração dessas demonstrações financeiras. Em 31 de dezembro de 2025, as demonstrações financeiras apresentam no balanço patrimonial um capital circulante líquido positivo no montante de R$ 43.915 (negativo de R$ 30.040 em 31 de dezembro de 2024), prejuízo no exercício de R$ 28.173 (lucro de R$ 722 em 31 de dezembro de 2024), e um fluxo de caixa operacional positivo de R$ 2.963 (R$ 108.113 positivo em 31 de dezembro de 2024). A Companhia manteve fluxo de caixa operacional positivo em 2025 e 2024. A redução observada em 2025 decorre do pagamento de fornecedores no montante de R$ 36.002, conforme detalhado na Nota Explicativa 15. A melhora do capital circulante líquido decorreu das iniciativas da Companhia voltadas à liquidação de empréstimos e financiamentos de curto prazo, com destaque para a quitação da dívida de CDCA, conforme detalhado na Nota Explicativa 16. Considerando que a reestruturação financeira da Companhia foi concluída em agosto de 2025, o capital de giro foi impactado no primeiro semestre, resultando em recuperação dos resultados apenas no segundo semestre desse ano. Na data de aprovação da emissão dessas informações contábeis, a Administração da Companhia tem confiança de que dispõe de recursos suficientes para manter suas operações, combinando a geração de caixa esperada e linhas de crédito pré-aprovadas. Consequentemente, continua utilizando a base contábil de continuidade operacional para elaborar essas demonstrações financeiras. **2 Base de preparação:** As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP). A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 25 de março de 2026. Detalhes sobre as políticas contábeis da Companhia, incluindo as mudanças, estão apresentadas na nota explicativa 7. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. **3 Moeda funcional e moeda de apresentação:** Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da entidade. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **4 Uso de estimativas:** As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Adicionalmente, com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis raramente serão iguais aos respectivos resultados reais, mas as estimativas e premissas são revisadas de forma contínua e são consistentes com o gerenciamento de riscos da Companhia. As principais informações sobre premissas e estimativas realizadas na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão apresentadas conforme segue: **a. Perdas esperadas com crédito:** Para determinar a recuperação das contas a receber, a Companhia considera qualquer mudança na qualidade de crédito do cliente desde a data em que o crédito foi inicialmente concedido até o fim do período (nota explicativa 10). **b. Perdas com estoques:** A Companhia faz estimativa para avaliação da provisão para perdas em estoques, a qual julga ser em montante considerado suficiente para cobrir perdas prováveis nos estoques (nota explicativa 11). **5 Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na nota explicativa 4. **6 Políticas contábeis materiais:** A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras, salvo indicação ao contrário. **a. Moeda estrangeira: *(i) Transações em moeda estrangeira:*** Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais da entidade pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado como variação cambial. **b. Caixa e equivalentes de caixa:** Incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e investimentos de liquidez imediata e com risco insignificante de mudança do valor contábil. **c. Contas a receber:** Correspondem aos valores a receber pela venda de mercadorias no curso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento for equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, são apresentadas no ativo não circulante. As contas a receber são reconhecidas pelo valor justo ao valor faturado, ajustado pela provisão para perda estimada com créditos de liquidação duvidosa. O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável estimado. A perda estimada com créditos de liquidação duvidosa é estabelecida a partir das médias históricas das perdas registradas pela Companhia (perdas esperadas) e, no mínimo anualmente, são analisadas se existem evidências objetivas de que a Companhia não será capaz de receber todos os valores devidos por seus clientes (perdas incorridas). **d. Estoques:** Os estoques são mensurados pelo custo de aquisição ou produção, deduzidos dos impostos recuperáveis. A empresa adota o método do custo médio ponderado para valoração dos estoques, conforme o Pronunciamento Técnico CPC 16 (R1) – Estoques. Os custos dos estoques incluem os valores despendidos na aquisição de matérias-primas, insumos, custos de transformação e outros gastos incorridos para colocá-los em sua condição e localização atuais. Para provisões de produtos com giro lento, são contempladas matérias-primas, produtos para revenda, produtos semiacabados e produtos acabados que não estão provisionados como obsoletos. A área de custos utiliza relatórios para identificar itens com baixa movimentação, aplicando provisões de 100% conforme o tipo de material e o tempo sem movimentação fiscal ou produção relevante. Para papéis em geral, a provisão para perda é constituída a partir do 2º ano de giro lento. Para papéis de segurança, aplica-se provisão para obsolescência a partir do 3º ano e para papéis-moedas e matérias primas, a provisão para obsolescência é aplicada a partir do 5º ano. **e. Impostos diferidos:** Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação de diferenças temporárias e prejuízos fiscais, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações. **f. Imobilizado: *(i) Reconhecimento e mensuração:*** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*). Terrenos e edificações compreendem a fábrica. Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos a seus valores residuais durante a vida útil estimada. Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, nas datas dos balanços. Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado. ***(ii) Depreciação:*** A depreciação reflete o padrão de consumo pela entidade dos benefícios econômicos futuros e é calculada para os itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, pelo método linear, baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. Terrenos não são depreciados. As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

DESCRIÇÃO	Prazo Vida Útil
Terrenos	-
Edifícios	25 anos
Máquinas e equipamentos	10 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Instalações industriais	10 anos
Ferramentas	10 anos
Veículos automotores, empilhadeiras	5 anos
Equipamentos de informática	5 anos

g. Intangível - software: Os gastos com o desenvolvimento/licenças de software para uso interno são reconhecidos como custo de ativos intangíveis, desde que atendam os critérios mínimos de reconhecimento. Os custos associados à manutenção de software são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. **h. Fornecedores:** São obrigações a pagar por bens ou serviços adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano, caso contrário, são apresentadas como passivo não circulante. **i. Provisões:** As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita. As provisões para contingências estão constituídas por valores atualizados, referentes a questões fiscais, cíveis e trabalhistas, com base nas estimativas de perdas estabelecidas pelos assessores jurídicos da Companhia. **j. Benefícios a empregados: *(i) Benefícios de curto prazo a empregados:*** Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado, caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. **k. Empréstimos e financiamentos:** Os empréstimos são passivos financeiros e são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Subsequentemente, os empréstimos tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos, juros e custos de transação não amortizados proporcionais ao período incorrido, utilizando o método da taxa de juros efetiva. **l. Receitas financeiras e despesas financeiras:** As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem: • receita de juros; • despesa de juros; • ganhos/perdas líquidos de variação cambial sobre ativos e passivos financeiros em moeda estrangeira. A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos. A partir de 2025, a Companhia passou a classificar os juros pagos como fluxo de caixa das atividades de financiamento, em linha com o Pronunciamento Técnico CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa, parágrafo 33, o qual permite tal classificação desde que adotada de forma consistente. Considerando a natureza dos financiamentos contratados, a Administração entende que essa apresentação reflete de maneira mais adequada a realidade econômica da Companhia. Para fins de comparabilidade, os valores relativos a 2024 são apresentados pro forma. **m. Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados, respectivamente, com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável do exercício. **n. Receita operacional líquida:** A Companhia segue a estrutura conceitual da norma para reconhecimento da receita que é baseada no modelo de cinco etapas: (i) identificação de contratos com clientes; (ii) identificação de obrigações de desempenho nos contratos; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação à obrigação de desempenho prevista nos contratos; (v) reconhecimento da receita quando a obrigação de desempenho é atendida. A receita é reconhecida quando não há mais obrigação de desempenho para ser atendida pela Companhia, portanto, quando o controle dos produtos são transferidos ao cliente, ou seja, para casos de vendas FOB ("Free on Board"), a receita é reconhecida no momento em que o comprador retira, com transportes próprios, a mercadoria nas unidades da Companhia; para casos de venda CIF ("Cost, Insurance and Freight"), a receita é reconhecida somente após a entrega da mercadoria no local estabelecido pelo cliente, e este tem a capacidade de determinar o seu uso e obter substancialmente todos os benefícios do produto. A Companhia atua como principal, nos termos do CPC 47 – Receita de contrato com Cliente, uma vez que detém o controle dos bens e serviços antes de sua transferência ao cliente, assumindo a responsabilidade primária pelo cumprimento das obrigações contratuais. A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos, das comissões sobre vendas e dos descontos. **o. Instrumentos financeiros:** Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia quando esta for parte das disposições contratuais dos instrumentos. Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio do resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, no reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado. ***Ativos financeiros:*** Todos os ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são subsequentemente mensurados na sua totalidade ao custo amortizado ou ao valor justo, dependendo da classificação dos ativos financeiros. Em 31 de dezembro de 2025, os ativos financeiros da Companhia são classificados e mensurados como custo amortizado, de acordo com a aplicabilidade a seguir: • Quando um ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é manter ativos financeiros a fim de coletar fluxos de caixa contratuais. • Quando os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto. ***Passivos financeiros:*** Os passivos financeiros são classificados ao custo amortizado e compreendem os passivos mensurados pelo método da taxa efetiva de juros, incluindo empréstimos, com alocação dos juros efetivos incorridos pelo respectivo período do contrato. O método da taxa efetiva de juros é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa efetiva de juros é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido. A baixa de passivos financeiros ocorre somente quando as obrigações são extintas e canceladas ou quando vencem. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado. ***Compensação de instrumentos financeiros:*** Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da Companhia ou da contraparte. **p. Mensuração do valor justo:** Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (non-performance). Uma série de políticas contábeis e divulgações da Companhia requer a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros. Quando disponível, a Companhia mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como "ativo" se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua. Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Companhia utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação. **7 Novas normas contábeis e interpretações ainda não efetivas:** Uma série de novas normas contábeis serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2025. A Companhia não adotou as seguintes normas contábeis na preparação destas demonstrações financeiras. **(i) Divulgação das Demonstrações Contábeis.** O IFRS 18 substituirá o CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais: • As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará. • As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras. • Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras. Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto.
A Companhia ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de lucros e perdas da Companhia, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas para MPMs. A Companhia também está avaliando o impacto sobre como as informações são agrupadas nas demonstrações financeiras, incluindo itens atualmente rotulados como 'outros'. **(ii) Outras Normas Contábeis.** Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia: • Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02); • Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações CPC 40 e 48). **8 Caixa e equivalentes de caixa:**

	31/12/2025	31/12/2024
Caixa e bancos	803	393
Aplicações financeiras	1.382	249
Conta de garantia (a)	11.221	9.126
	13.406	9.768

Os saldos de bancos são aplicados automaticamente e são remunerados a uma taxa média de 97% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) (100% em 31 de dezembro de 2024) e possuem liquidez imediata. Os rendimentos de aplicações financeiras estão divulgados na nota explicativa 26. (a) Recursos mantidos em conta de garantia junto às instituições financeiras para garantir operações de CDCA (em 31/12/2024), debêntures (em 31/12/2025) e compra e venda de energia elétrica, conforme condições estabelecidas em contrato. O saldo em garantia possui liquidez imediata e os recursos somente podem ser utilizados para fins de liquidação das respectivas obrigações. **9 Aplicações financeiras vinculadas:**

	31/12/2025	31/12/2024
Retenção em conta vinculada - CDCA (a)	-	509
Retenção em conta vinculada – Debêntures (b)	3.421	-
Fundo de reserva - CDCA (c)	-	8.876
	3.421	9.385

(a) Valor retido em conta vinculada para cobertura das parcelas mensais do Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio-CDCA, conforme previsto na cláusula 11.7 do CDCA. Conforme estipulado no CDCA, os valores excedentes ao valor da parcela mensal são transferidos, em "d + 1", para a conta corrente, ficando disponível para movimentação. (b) Valor retido em conta vinculada para cobertura das parcelas mensais das debêntures, conforme previsto na cláusula 4.7.2 do Instrumento de Cessão de Recebíveis das 1ª (primeira) e 2ª (segunda) Emissão de Debêntures Conversíveis em Ações Ordinárias. (c) Fundo aplicado em CDI de liquidez diária, conforme a cláusula 4.3.3 do Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio (CDCA), composto pelo valor das próximas parcelas do pagamento do valor nominal atualizado pelo IPCA, somado à remuneração do CDCA, e mantido como "saldo mínimo" como garantia. Ao final da vigência do CDCA, os valores retidos foram restituídos à Companhia, líquidos de tributos, após a quitação das obrigações garantidas. A redução significativa em dezembro de 2025 decorreu da liquidação antecipada do CDCA, realizada em abril de 2025. Em 31 de março de 2025, a Companhia assinou um contrato de debêntures, conversíveis em ações. Os detalhes dessa operação estão apresentados na nota explicativa 16. **10 Contas a receber:**

	31/12/2025	31/12/2024
Contas a receber de clientes no país	11.082	21.874
Contas a receber de clientes no país em moeda estrangeira (a)	22.328	27.763
	33.410	49.637
Contas a receber de clientes no exterior (b)	26.843	37.502
Contas a receber de clientes no exterior em Reais	3.467	1.609
	30.310	39.111
Total do contas a receber no país e no exterior	63.720	88.748
Provisão para perdas por redução ao valor recuperável	(670)	(553)
	63.050	88.195

A informação sobre a exposição da Companhia aos riscos de moeda estrangeira e de liquidez relacionados ao contas a receber encontram-se divulgados na nota explicativa 26. (a) Valor relativo a contrato junto à Casa da Moeda do Brasil-CMB (cliente no país) celebrado em 01/12/2021, negociado em dólar norte americano (US$). O contrato estabelece parceria conjunta entre Blendpaper e CMB para fornecimento de papel moeda à Casa del Moneda de Argentina-CMA. Neste acordo, a Blendpaper fornece o papel moeda de Peso Argentino à CMB e a CMB imprime e vende as cédulas prontas à CMA. O faturamento da Blendpaper à CMB se dá em reais pela taxa cambial da data da emissão da fatura. Os repasses realizados pela CMB à Blendpaper serão em reais, utilizando-se a taxa cambial contratada pela CMB correspondente ao dia em que forem efetivados o adiantamento e/ou pagamentos da CMA à CMB. (b) Valor relativo ao fornecimento de papel moeda, sendo os principais clientes sediados no Reino Unido, Argentina, Estados Unidos, Chile, Colômbia, Costa Rica, Emirados Árabes e Paraguai. A análise de contas a receber por vencimento é conforme quadro a seguir:

	31/12/2025	31/12/2024
A vencer	55.216	80.737
Vencidos:		
Entre 1 e 90 dias	7.295	6.898
Entre 91 e 180 dias	94	39
Entre 180 e 360 dias	69	23
Há– mais de 361 dias	1.046	1.051
	63.720	88.748

A movimentação da estimativa para perdas com crédito esperada está representada conforme quadro a seguir:

	31/12/2025	31/12/2024
Saldo no início do exercício	553	1.648
Valores baixados no período como incobráveis	(156)	(593)
Provisão para perdas (Reversão de perdas) por redução ao valor recuperável reconhecidas sobre os recebíveis	273	(502)
	670	553

11 Estoques:

	31/12/2025	31/12/2024
Matéria prima	20.047	23.614
Produtos em elaboração	13.029	5.163
Produto acabado	11.689	12.303
Materiais auxiliares	3.649	4.821
Semiacabado em poder de terceiros	1.021	373
Outros estoques	1.568	723
	51.003	46.997

A movimentação da provisão para estoques obsoletos é conforme quadro a seguir:

	31/12/2025	31/12/2024
Saldo no início do exercício	1.630	3.165
Adições	1.831	1.630
Reversões	(1.619)	(3.165)
Saldo no fim do exercício	1.842	1.630

12 Impostos a recuperar:

	31/12/2025	31/12/2024
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	-	25.174
(-) Provisão para ajuste ao valor recuperável de ICMS	-	(1.053)
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS, líquido (a)	-	24.121
Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS (b)	12.144	26.302
ICMS sobre ativo imobilizado	1.739	3.601
IR e CSLL retidos na fonte	6.632	5.933
INSS sobre terceiros	27	27
Outros	779	767
	21.321	60.751
Circulante	12.051	43.576
Não circulante	9.270	17.175

(a) Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS: A Companhia possui um saldo credor de ICMS, originado principalmente de operações de importação de matériasprimas, tributadas à alíquota de 18% para fins de industrialização. Esse crédito decorre da aquisição de insumos para produção de bens destinados à exportação (não sujeitos à tributação de ICMS) ou para comercialização no mercado interno em operações interestaduais, cuja alíquota varia conforme a origem e o destino das mercadorias, sendo de 4% para produtos que contenham mais de 40% de matéria-prima importada, 7% ou 12% em outros casos. Com o objetivo de melhorar a utilização destes créditos, a Companhia protocolou em dezembro de 2018 um pedido de liberação de créditos de ICMS junto a Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo - SEFAZ, conforme previsto na Portaria CAT 83/2009, referente aos créditos relativos ao período de 2015 a 2018. Esse pedido originou um processo de fiscalização por parte da Secretaria da Fazenda ("SEFAZ") em 2019, onde em setembro de 2023 foram validados e disponibilizados junto ao portal do e-CreDAC (sistema de controle de crédito acumulado da SEFAZ) o valor de R$30.400. Em fevereiro de 2024, parte do saldo desse crédito disponibilizado no e-CreDAC foi vendido para uma empresa terceira por R$22.400, líquidos, através da transferência da titularidade do crédito. O saldo remanescente foi utilizado na operação da Companhia, com pagamentos de ICMS sobre a nacionalização de produtos importados e pagamentos de matéria prima e energia elétrica junto a alguns fornecedores que formalizaram contrato com a Companhia para esse tipo de operação. Em outubro de 2024 a Companhia teve êxito em um processo movido em agosto de 2023 na justiça estadual, que lhe concedeu uma atualização monetária da Selic sobre o pedido do crédito realizado em dezembro de 2018 até a data de sua homologação pela SEFAZ em setembro de 2023, resultando na disponibilização junto ao portal do e-CreDAC do montante de R$ 10.514. Este saldo foi utilizado na compensação de pagamentos de ICMS e fornecedores, conforme descrito acima. No decorrer do ano de 2024 foram protocolados na SEFAZ os pedidos de crédito de ICMS referentes aos períodos de 2019 a 2021 que totalizaram R$ 25.887. Adicionalmente, em fevereiro de 2025 foram protocolados os pedidos referentes ao período de 2022 no montante de R$ 20.928. Até a data de emissão dessas demonstrações financeiras, esses pleitos ainda se encontravam em processo de fiscalização por parte da SEFAZ. Desse valor protocolado, foram vendidos R$ 30.000 à terceiros através de uma cessão de créditos futuros, sendo R$ 10.000 em dezembro de 2024 e R$ 20.000 no decorrer de 2025, dos quais os deságios já foram reconhecidos. (b) Exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS: (i) Em setembro de 2019, a Fedrigoni Brasil Papéis Ltda. (antiga controladora da Blendpaper Security Papeis Especiais S.A.) obteve decisão judicial favorável permitindo a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS a partir de 2010, mas inicialmente não reconheceu créditos devido à ausência de ICMS a recolher. Após decisão do STF em maio de 2021, que definiu que o ICMS a ser excluído é o valor destacado em nota fiscal, a empresa apurou e registrou créditos tributários, contabilizando R$ 21.208 em "outras receitas (despesas) líquidas" e R$ 904 em "receitas financeiras" para 2021, além de R$ 6.953 em créditos adicionais referentes a outubro de 2019 a julho de 2021. Em 31 de dezembro de 2024, o saldo acumulado desses créditos era de R$ 4.598, o qual foi integralmente compensado pela Companhia durante o exercício de 2025. (ii) Em novembro de 2021, a Companhia reconheceu uma ação judicial ajuizada em março de 2007 pela Arjo Wiggins Ltda. (antiga controladora da Fedrigoni Brasil Papéis Ltda., posteriormente adquirida pela Blendpaper Security Papeis Especiais S.A.), pleiteando a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS desde 2002. Em agosto de 2022, a Companhia apurou R$ 10.113 em créditos fiscais referentes ao período de janeiro de 2012 a dezembro de 2015, reconhecendo R$ 9.076 como principal em "outras receitas (despesas) líquidas" e R$ 1.037 como juros em "receitas financeiras". Para o período de janeiro de 2010 a dezembro de 2011, foram apurados R$ 11.534 em créditos, reconhecidos em 2023, com R$ 5.471 como principal e R$ 6.063 como juros. Em 31 de dezembro de 2025, o saldo acumulado desses créditos era de R$ 1.550 no ativo circulante. O saldo de crédito de PIS COFINS em 31 de dezembro de 2025 além das descritas acima, decorrem da própria operação cujo montante resulta em R$ 10.594, que serão utilizados para compensação impostos federais sobre vendas, impostos retidos e Imposto de Renda e Contribuição Social futuros.

13 Imobilizado:

Custo	Terrenos	Edificações e instalações	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Equipamentos de informática	Outros	Adiantamento fornecedores de a imobilizado (b)	Imobilizado em andamento (a)	Total
Saldo inicial em 01/01/2024	9.009	63.891	291.108	3.620	5.978	5.282	12.358	28.099	419.345
Aquisições	-	-	-	-	-	-	1.105	20.111	21.216
Baixas (c)	-	-	(4.760)	(18)	-	(165)		(8.558)	(13.501)
Transferência (d)	-	1.852	14.732	27	53	295	(10.116)	(6.864)	(21)
Saldo contábil em 31/12/2024	9.009	65.743	301.080	3.629	6.031	5.412	3.347	32.788	427.039
Depreciação									
Saldo inicial em 01/01/2024	-	(46.413)	(231.565)	(3.021)	(5.304)	(4.828)	-	-	(291.131)
Depreciação do exercício	-	(2.323)	(9.111)	(73)	(132)	(63)	-	-	(11.702)
Baixas	-	-	10	2	1	141	-	-	154
Transferência	-	1	-	(1)	-	-	-	-	-
Saldo contábil em 31/12/2024	-	(48.735)	(240.666)	(3.093)	(5.435)	(4.750)	-	-	(302.679)
Saldo líquido em 31/12/2024	9.009	17.008	60.414	536	596	662	3.347	32.788	124.360
Saldo inicial em 01/01/2025	9.009	65.743	301.080	3.629	6.031	5.412	3.347	32.788	427.039
Aquisições	-	-	-	-	-	-	980	4.850	5.830
Baixas	-	(314)	(213)	(131)	(68)	(9)	(509)	(522)	(1.766)
Transferência	-	2.840	3.918	106	5	(37)	(564)	(6.268)	-
Saldo contábil em 31/12/2025	9.009	68.269	304.785	3.604	5.968	5.366	3.254	30.848	431.103
Depreciação									
Saldo inicial em 01/01/2025	-	(48.735)	(240.666)	(3.093)	(5.435)	(4.750)	-	-	(302.679)
Depreciação do exercício	-	(1.824)	(9.829)	(511)	(37)	(135)	-	-	(12.336)
Baixas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferência	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo contábil em 31/12/2025	-	(50.559)	(250.495)	(3.604)	(5.472)	(4.885)	-	-	(315.015)
Saldo líquido em 31/12/2025	9.009	17.710	54.290	-	496	481	3.254	30.848	116.088

(a) O montante de imobilizado em andamento em dezembro de 2025, refere-se substancialmente à: i) Aquisições de máquinas e equipamentos para automação e melhorias no processo produtivo de papel; ii) obras de infraestrutura, reforma e benfeitorias em imóveis. (b) Referem-se a adiantamentos a fornecedores por conta de maquinários e equipamentos encomendados, com realização na entrega dos bens, prevista para o primeiro semestre de 2026. (c) Em setembro de 2024 a Administração da Companhia decidiu encerrar a operação da filial localizada na cidade de Indaiatuba, estado de São Paulo, que se encontrava em fase pré-operacional. A decisão de encerrar as atividades desta filial foi tomada levando em consideração o melhor interesse da Companhia, considerando a ausência de contratos para confecção de discos metálicos (moedas) no curto prazo, o que motivou seu encerramento. A baixa de ativos imobilizados decorrente deste encerramento totalizou o montante de R$ 13.210, com valor recuperado de R$ 2.900. (d) O valor total apresentado de R$ (21) na linha de transferências refere-se à reclassificação de bens da rubrica de imobilizado em andamento para a conta de intangível. **14 Partes relacionadas:** No exercício de 2024, a Companhia manteve contratos com a empresa RGF & Associados Reestruturação e Gestão Ltda.("RGF"), parte relacionada por meio do acionista controlador e localizada na cidade de São Paulo, referente a prestação de serviços de consultoria técnica industrial e administrativa e finalização do projeto de constituição da filial de Indaiatuba. Em 2024 o contrato com a RGF foi rescindido, pois os referidos projetos de consultoria foram concluídos. Pelos serviços acima, no exercício de 2024, a Companhia efetuou pagamentos à RGF, refletidos no resultado do exercício sob a rubrica de "Despesas gerais e administrativas", conforme apresentado no quadro a seguir:

Despesas gerais e administrativas (resultado)	31/12/2025	31/12/2024
Consultoria técnica administrativa	-	2.106
Consultoria técnica industrial e projeto filial Indaiatuba	-	86
	-	2.192

Mútuos a pagar - partes relacionadas

	Encargos incidentes	31/12/2025	31/12/2024
Não Circulante			
Mútuos (a)	1% a.a.	-	2.189
		-	2.189

(a) O saldo de mútuos em dezembro de 2024 trata-se de empréstimo realizado entre o acionista majoritário e a Blendpaper Security Papeis Especiais S.A., no valor original de R$ 2.094 (Dois milhões, noventa e três mil, novecentos e setenta e três reais) com juros mensais de 1% a.m. (um por cento ao mês), o qual foi liquidado em abril de 2025. **Remuneração do pessoal-chave da administração:** Em 31 de dezembro de 2025, a remuneração paga, ou a pagar, pelos serviços desses profissionais, incluindo os encargos trabalhistas, foi de R$ 10.232 (R$ 4.740 em 31 de dezembro de 2024), distribuídos da seguinte forma:

Despesas gerais e administrativas (resultado)	31/12/2025	31/12/2024
Estatutário (honorários, encargos e benefícios)	354	2.936
Pessoa jurídica	9.878	1.804
	10.232	4.740

15 Fornecedores:

	31/12/2025	31/12/2024
Fornecedores no país	20.117	49.414
Fornecedores no país em moeda estrangeira	-	3
Fornecedores no exterior	17.110	23.942
	37.227	73.359

A informação sobre a exposição da Companhia aos riscos de moeda estrangeira e de liquidez relacionados a fornecedores e outras contas a pagar encontram-se divulgados na nota explicativa 26. **16 Empréstimos e financiamentos:** As movimentações da Companhia de empréstimos e financiamentos estão representadas a seguir:

	31/12/2025	31/12/2024
No início do exercício	66.829	137.425
Captações	141.744	55.649
Pagamentos de principal	(73.944)	(135.562)
Pagamentos de juros	(18.727)	(12.653)
Custo de transação a amortizar	(17.358)	-
Juros incorridos	19.976	14.727
Variação cambial	434	1.621
Amortização do custo de transação	7.135	5.622
No final do exercício	126.089	66.829

A reconciliação da Companhia está demonstrada conforme segue:

Natureza	Encargos incidentes	31/12/2025	31/12/2024
Empréstimos e financiamentos (em moeda nacional - R$):			
Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio - CDCA (i)	8% a.a. + IPCA	-	48.619
Custos de transação (i)		-	(3.264)
Subtotal		-	45.355
Debêntures	6,5% a.a. + CDI	122.111	-
Custos de transação (ii)		(12.485)	-
Subtotal		109.626	-

Natureza	Encargos incidentes	31/12/2025	31/12/2024
Empréstimos e financiamentos (em dólares americanos - US$):			
Empréstimos bancários (iii)	13,95% a.a. + var. cambial	-	1.027
Adiantamentos de contrato de câmbio - ACC (iii)	10,85% a.a. + var. cambial	-	1.147
Adiantamentos sobre cambiais entregues - ACE	10,60% a.a. + var. cambial	-	4.306
Pré-Pagamento de Exportação – PPE	9,95% a.a. + var. cambial	2.264	2.166
Subtotal		2.264	8.646
Empréstimos e financiamentos (em euros - EUR):			
Adiantamento de contrato de câmbio - ACC (iii)	5,67% a.a + var. Cambial	-	2.570
	5,69% a.a + var. Cambial	-	1.156
	5,97% a.a + var. cambial	-	1.568
	5,97% a.a + var. Cambial	-	2.615
	9,15% a.a. + var. Cambial	3.517	-
	10,15% a.a + var. Cambial	4.086	-
	10,33% a.a + var. Cambial	3.268	-
	10,65% a.a + var. Cambial	3.009	-
Subtotal		13.880	7.909
Empréstimos bancários (em moeda nacional - R$):			
CCE - Cédula de crédito à exportação (iv)	19,27% a.a.	-	571
	7,2% a.a. + CDI	-	1.690
	7% a.a. + DI	-	1.054
CCB - Cédula de Crédito Bancário	19,56% a.a	319	-
Nota comercial (iv)	19,89% a.a	-	1.068
Itaú (iv)		-	536
Subtotal		319	4.919
Total dos empréstimos e financiamentos		126.089	66.829
Circulante		34.605	66.829
Não circulante		91.484	-

A informação sobre a exposição da Companhia aos riscos de moeda estrangeira e de liquidez relacionados aos empréstimos encontram-se divulgados na nota explicativa 26. **(i) CDCA – Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio:** O saldo apresentado refere-se a um recurso captado por meio do CDCA – Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio, no montante de R$ 116.500, referente ao CRA – Certificado de Recebíveis do Agronegócio, emitidos junto à Virgo Companhia de Securitização. O contrato CDCA foi assinado em 28 de outubro de 2020, e o recurso disponibilizado para a Companhia em 7 de dezembro de 2020. O contrato prevê taxa de juros de 8% ao ano mais atualização pela variação acumulada do IPCA. Os custos da transação serão amortizados pelo prazo do contrato conforme preconizado pelo CPC 08 – "Custos de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários". Em 29 de abril de 2025, a Companhia efetuou a liquidação antecipada do saldo remanescente do contrato, por meio de recursos oriundos da emissão de Debêntures. ***a. Análise por vencimento:***

	31/12/2025	31/12/2024
Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio - CDCA (i) 2025 (*)	-	45.355
	-	45.355

(*) Vencimento original previsto em contrato em 17 de dezembro de 2025.
Movimentação dos saldos:

	31/12/2025	31/12/2024
No início do exercício	45.355	75.343
Pagamentos de principal	(48.538)	(38.562)
Pagamentos de juros	(2.482)	(5.327)
Amortização do custo de transação (vencimento em 12/2025)	2.261	5.622
Atualização monetária	3.404	8.279
No final do exercício	-	45.355

(ii) Debêntures: O saldo apresentado refere-se a um recurso captado por meio de Debêntures conversíveis em ações, em série única, junto à XP Asset no montante de R$ 122.000. O primeiro contrato foi assinado 31 de março de 2025, realizado o 1º aditamento em 25 de abril de 2025 e o recurso disponibilizado para a Companhia em 29 de abril de 2025. O segundo contrato foi assinado em 14 de agosto de 2025 e o recurso foi disponibilizado para a Companhia em 20 de agosto de 2025. Os referidos contratos preveem taxa de juros de 100% do CDI acrescida de spread de 6,5% ao ano, bem como carência para pagamento de principal durante o primeiro ano de vigência. Os custos da transação serão amortizados pelo prazo do contrato conforme preconizado pelo CPC 08 – "Custos de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários. ***b. Análise por vencimento:***

Debêntures:	31/12/2025	31/12/2024
2026	18.926	-
2027	39.011	-
2028	44.074	-
2029	7.615	-
	109.626	-

c. Movimentação dos saldos:	31/12/2025	31/12/2024
No início do exercício	-	-
Captações no período	121.915	-
Pagamentos de principal	-	-
Pagamentos de juros	(14.379)	-
Custo de transação a amortizar	(17.358)	-
Amortização do custo de transação	4.874	-
Juros incorridos	14.574	-
No final do exercício	109.626	-

d. Garantias: (a) O contrato tem como avalistas da dívida os seus acionistas, GBRBR Holding e Villa-Lobos Holding; (b) Alienação fiduciária da totalidade das ações representativas do capital social (c) Alienação fiduciária do imóvel; (d) Alienação fiduciária das máquinas e equipamentos; (e) Cessão fiduciária de recebíveis comerciais das operações de papel moeda e papel de segurança; (f) Constituição de aplicação financeira vinculada com montante equivalente as 3 próximas parcelas. ***e. Acordo e restrições contratuais ("covenants"):*** De forma geral, a Companhia está sujeita as restrições contratuais em relação as Debêntures junto à XP Asset. Os indicadores são apurados anualmente com base nas Demonstrações Financeiras auditadas no encerramento de cada exercício social, sendo os principais: (a) Dívida líquida/EBITDA: Deve ser menor ou igual a 2,70x em dezembro de 2025, 2,00x em dezembro de 2026 e 1,50x a partir de dezembro de 2027. (g) Fluxo de Caixa Operacional + Caixa e Equivalentes/ Amortização Total da Dívida + Despesas financeiras: Deve ser maior ou igual a 1,30x em dezembro de 2025 e 1,50x a partir de dezembro de 2026. (h) Ativo Corrente/Passivo Corrente: Deve ser maior ou igual a 1,30x a partir de dezembro de 2025. (i) Margem EBITDA: Deve ser maior ou igual a 10% em dezembro de 2025, 12,5% em dezembro de 2026 e 15% a partir de dezembro de 2027. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia cumpriu o indicador de Liquidez Corrente (Ativo Corrente/Passivo Corrente). Para os demais indicadores financeiros, a Companhia obteve dispensa do cumprimento contratual (waiver) para o exercício findo em 2025, que foi aprovada em Assembleia Geral de Debenturistas realizada em 24 de dezembro de 2025. **(iii) Empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira:** O saldo apresentado refere-se a adiantamentos de contratos de câmbio – ACC e empréstimos de curto prazo captados junto a instituições financeiras, na modalidade de capital de giro.
a. Análise por vencimento:

	31/12/2025	31/12/2024
2025	-	16.555
2026	15.361	-
2027	783	-
	16.144	16.555

b. Movimentação dos empréstimos em moeda estrangeira:	31/12/2025	31/12/2024
No início do exercício	16.555	31.831
Captações	16.530	38.491
Pagamentos de principal	(17.639)	(54.297)
Pagamentos de juros	(1.000)	(4.575)
Juros incorridos	1.264	3.484
Variação cambial	434	1.621
No final do exercício	16.144	16.555

c. Garantias: Todos os empréstimos contratados em moeda estrangeira são garantidos por operações de câmbio travadas por contratos de câmbio no momento da contratação às instituições financeiras. Alternativamente, as garantias também podem ser constituídas por contratos de exportação firmes (confirmed export contracts), vinculados diretamente às operações de Adiantamento de Contrato de Câmbio – ACC. Essas garantias asseguram o cumprimento das obrigações assumidas junto aos credores, conferindo maior segurança às operações e mitigando os riscos financeiros relacionados à inadimplência e à variação cambial. **(iv) Empréstimos em moeda nacional:** O saldo apresentado em 31 de dezembro de 2025 refere-se à cédula de crédito bancário – CCB, enquanto, em 31 de dezembro de 2024, correspondia à utilização temporária de recursos de limite de crédito. ***a. Análise de vencimento:*** *Análise de vencimento dos empréstimos em moeda nacional*

	31/12/2025	31/12/2024
2025	-	4.919
2026	319	-
	319	4.919

b. Movimentação dos empréstimos em moeda nacional:	31/12/2025	31/12/2024
No início do exercício	4.919	30.252
Captações	3.299	17.158
Pagamento de principal	(7.767)	(42.703)
Pagamento de juros	(866)	(2.751)
Juros incorridos	734	2.963
No final do exercício	319	4.919

17 Imposto de renda e contribuição social: a. Valores reconhecidos no resultado do exercício:

Despesa de IR e CS diferido	31/12/2025	31/12/2024
Diferenças temporárias	5.180	-
IR e da CS diferidos reconhecidos	5.180	-

Em 31 de dezembro de 2025 foi constituído um ativo fiscal diferido de R$ 5.180 sobre diferenças temporárias (não foi reconhecido em 31 de dezembro de 2024). **a. Movimentação dos saldos de ativos fiscais diferidos:**

			Saldo em 31/12
2025	Saldo líquido em 1º de janeiro	Reconhecido no resultado	Ativo Fiscal diferido
Provisões -	5.180	5.180	
Imposto líquido ativo	-	5.180	5.180

b. Ativos fiscais diferidos não reconhecidos: Ativos fiscais diferidos não foram reconhecidos para os seguintes itens, pois não é provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para que a Companhia possa utilizar seus benefícios.

	31/12/2025		31/12/2024	
	Valor	Efeito tributário	Valor	Efeito tributário
Prejuízo fiscal acumulado	258.989	88.056	171.538	53.323
Diferenças temporárias	-	-	74.392	25.293
IR e da CS diferidos – não reconhecidos	258.989	88.056	245.930	78.616

Os prejuízos fiscais podem ser compensados com lucros tributáveis futuros, não estando sujeitos a prazo de prescrição, observada a limitação de 30% do lucro tributável em cada período de apuração. **c. Conciliação da alíquota de imposto efetiva:** A reconciliação entre a despesa de imposto de renda e de contribuição social, pelas alíquotas nominal e efetiva está demonstrada a seguir:

	31/12/2025	31/12/2024
Lucro (prejuízo) antes do IR e CS	(33.353)	722
IR e CS – Taxa nominal de 34%	11.340	(245)
Reconciliação à taxa efetiva:		
Outras exclusões permanentes	(10.425)	-
Outras adições permanentes	4.265	5.463
IR e CS– despesa corrente e benefícios	5.180	5.218
Corrente	-	-
Diferidos	5.180	-
IR e CS – corrente e diferido	5.180	-
Taxa efetiva	16%	-

18 Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e tributários: A Companhia possui processos trabalhistas, cíveis e tributários, e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as perdas prováveis decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração, amparada pela opinião de seus assessores legais externos. Nas datas das demonstrações financeiras, a Companhia apresentava os seguintes passivos e os correspondentes depósitos judiciais relacionados à provisão para contingências prováveis:

	31/12/2025	31/12/2024
Tributários	27	27
Trabalhistas e cíveis (a)	5.945	5.723
	5.972	5.750

A movimentação da provisão para riscos trabalhistas, cíveis e tributários no exercício de 2025 e no exercício de 2024 está demonstrada a seguir:

	31/12/2025	31/12/2024
Saldo no início do exercício	5.750	5.961
Provisão	276	530
Atualizações	833	509
Reversões	(887)	(1.250)
Saldo no fim do exercício	5.972	5.750
Depósitos judiciais:	**31/12/2025**	**31/12/2024**
Tributários	-	-
Trabalhistas e cíveis (a)	477	449
Saldo no fim do exercício	477	449
Movimentação dos depósitos judiciais:	31/12/2025	31/12/2024
Saldo no início do exercício	449	930
Depósitos efetuados no período	14	29
Atualização monetária	14	44
Baixas efetuadas no período	-	(554)
Saldo no fim do exercício	477	449

A natureza das obrigações pode ser sumariada como segue: (a) Trabalhistas e cíveis: A Companhia possui processos judiciais trabalhistas movidos por ex-empregados, relacionados, principalmente, com pedidos de pagamentos de horas extras, verbas rescisórias e diferenças de verbas salariais, entre outros. Os processos cíveis não são relevantes em relação ao montante total. Em 31 de dezembro de 2025, os processos classificados pela Companhia e por seus assessores jurídicos como de risco possível de perda estão apresentados a seguir:

	31/12/2025	31/12/2024
Trabalhistas e cíveis	10.517	9.006
Saldo no fim do exercício	10.517	9.006

19 Salários e encargos sociais	31/12/2025	31/12/2024
Provisão e encargos sobre férias	4.104	4.290
Imposto de renda retido pessoa física	836	860
FGTS a recolher	492	326
INSS a recolher	943	1.177
Participação nos resultados	2.381	1.493
Outros salários e encargos sociais	269	64
	9.025	8.210

20 Adiantamento de clientes:	31/12/2025	31/12/2024
Adiantamento de clientes nacionais (a)	16.541	35.367
Adiantamento de clientes internacionais (b)	9.752	5.980
Total de adiantamentos	26.293	41.347
Circulante	17.808	25.041
Não circulante	8.485	16.306

(a) Refere-se, substancialmente, a valores recebidos antecipadamente por meio de contrato de cessão de energia elétrica firmado em março de 2024 com o Banco Santander Energia, na modalidade incentivada. O contrato foi registrado perante a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), tem vigência até 31 de dezembro de 2027 e envolve um volume médio mensal de 5 MWm. A Companhia tem o direito de adquirir energia a um preço pré-estabelecido de mercado e, subsequentemente, vendeu esse direito ao Banco Santander Energia S.A., que efetuou o pagamento antecipado pela aquisição do contrato. Em contrapartida, a Companhia se compromete a entregar a energia contratada ao Banco Santander conforme estipulado. A Companhia está sujeita às oscilações de preço de mercado para cumprir os contratos firmados com a CCEE e Banco Santander Energia. O saldo de adiantamento em 31 de dezembro de 2025 é de R$ 7.821 no curto prazo e R$ 8.485 no longo prazo, totalizando R$ 16.306. (b) Nos contratos internacionais, o principal contrato é do cliente De La Rue International Limited, impressor de papel moeda para diversos países do mundo, que realizou adiantamentos para aquisições de insumos e entregas conforme demanda no decorrer do ano.

21 Outras contas a pagar:	31/12/2025	31/12/2024
Comissão sobre serviços financeiros a pagar (a)	-	44.257
Energia elétrica	2.631	2.179
Provisão *"success fee"* (b)	1.877	2.138
Outras contas a pagar	2.522	1.119
	7.030	49.693
Circulante	6.617	48.860
Não circulante	413	833

(a) Em outubro de 2020, a Companhia celebrou contrato de comissão com o Credit Suisse por prestação de serviços na emissão do CDCA. Em abril de 2025 a Companhia liquidou o valor a pagar antecipadamente no montante de R$ 23.500, reconhecendo o respectivo deságio de R$ 22.078 como outras receitas (conta original onde foi contabilizada a referida despesa). (b) Em outubro de 2020, a Companhia celebrou contrato de Provisão de *"sucess fee"* a consultores tributários que apoiaram no processo de levantamento de crédito de PIS e COFINS decorrente da exclusão do ICMS na base de cálculo, conforme descrito na nota 12b. **22 Patrimônio líquido: Capital social:** O capital social subscrito e totalmente integralizado em 31 de dezembro de 2025 é de 3.628.941.009 ações (3.628.941.009 ações em 31 de dezembro de 2024), com valor nominal de R$ 0,10 centavos cada uma, distribuídas conforme segue:

	31/12/2025	%	31/12/2024	%
GBRBR Holding S.A.	3.628.931.009	99,9997%	3.628.931.009	99,9997%
Villa-Lobos Holding S.A.	10.000	0,0003%	10.000	0,0003%
	3.628.941.009	100%	3.628.941.009	100%

Em 28 de junho de 2024, foi aprovado o aumento do capital social no valor de R$ 1,00 com emissão de 10.000 (dez mil) novas ações ordinárias sem valor nominal, passando o capital de R$ 362.893 (trezentos e sessenta e dois milhões, oitocentos e noventa e três mil, cem reais e noventa centavos) para R$ 362.894 (trezentos e sessenta e dois mil, oitocentos e noventa e quatro mil, cem reais e noventa centavos). Todas as 10.000 (dez mil) ações ordinárias emitidas, foram totalmente subscritas e integralizadas pela Villa-Lobos Holding S.A. **Transação com acionista controlador da Blendpaper Security Papeis Especiais S.A.:** Refere-se a contratos de mútuos concedidos pela Blendpaper à sua controladora, GBRBR Holding S.A., no montante de R$ 56.131 em 8 de dezembro de 2020 e, posteriormente, em 2021, nos meses de abril, setembro, outubro e novembro, no montante total de R$ 10.117, destinados à liquidação da dívida decorrente do processo de M&A relacionado à aquisição da Blendpaper pela GBRBR Holding S.A. O total a receber de R$ 66.248 foi revertido em 31 de dezembro de 2023 contra o patrimônio líquido da controlada. **23 Receita operacional líquida:**

	31/12/2025	31/12/2024
Mercado interno	288.357	271.144
Mercado externo	128.018	255.293
Serviços prestados	5.953	3.748
Receita operacional bruta	422.328	530.185
Impostos sobre as vendas	(65.243)	(56.870)
Devoluções e abatimentos	(3.723)	(5.562)
Receita operacional líquida	353.362	467.753

As receitas estão distribuídas por vendas domésticas e exportação, segregadas por segmento (unidades de negócio), conforme segue:

	Papel Moeda		Segurança		Papeis finos		Outros (b)		Total	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Total (a)	213.412	333.027	92.353	73.456	110.527	117.342	6.036	6.360	422.328	530.185
Mercado doméstico	146.645	125.884	48.725	40.380	92.904	102.567	4.516	4.121	292.790	272.952
Privado	-	-	16.545	14.844	92.904	102.567	4.516	4.121	113.965	121.532
Público	146.645	125.884	32.180	25.536	-	-	-	-	178.825	151.420
Mercado externo	66.767	207.143	43.628	33.076	17.623	14.775	1.520	2.239	129.538	257.233
América latina - privado	-	603	35.252	18.438	16.357	13.051	-	176	51.609	32.268
América latina - público	-	64.035	4.447	10.124	-	184	-	406	4.447	74.749
Europa	57.524	134.216	1.600	-	1.266	1.424	1.520	1.657	61.910	137.297
América do Norte	-	-	-	2.967	-	116	-	-	-	3.083
Asia	9.243	8.289	2.329	1.547	-	-	-	-	11.572	9.836

(a) Total de receitas corresponde a mercado interno, mercado externo e serviços prestados. (b) Vendas de aparas e faturamento de serviços prestados aos clientes. **24 Custos e despesas por natureza:**

	31/12/2025	31/12/2024
Matérias-primas e materiais de consumo	(174.551)	(251.976)
Despesa de benefícios com empregados	(74.526)	(67.667)
Depreciação e amortização	(12.326)	(12.764)
Depreciação e amortização da mais-valia de ativos	(646)	(645)
Despesas com energia elétrica, térmica e utilidades	(25.836)	(35.241)
Despesa com reparos e manutenções	(9.529)	(8.288)
Despesas com serviços profissionais contratados	(16.644)	(12.995)
Despesas com comissões internacionais	(1.426)	(10.198)
Despesa com fretes	(7.313)	(7.463)
Despesas com publicidade	(1.337)	(1.921)
Provisão para perda de estoques	(212)	1.535
Resultado na venda de ativo imobilizado, líquido	(353)	(9.656)
Créditos tributários (a)	-	3.875
Outras despesas operacionais, líquidas	(17.394)	(18.298)
	(342.093)	(431.702)

Classificadas como segue:

	31/12/2025	31/12/2024
Custo dos produtos vendidos	(251.269)	(353.632)
Despesas comerciais	(23.487)	(22.687)
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber e ativos de contrato	(117)	1.096
Despesas gerais e administrativas	(60.860)	(51.389)
Outras receitas (despesas) líquidas	(6.360)	(5.090)
	(342.093)	(431.702)

(a) Receita proveniente de atualizações financeiras sobre créditos tributários da ação judicial da exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS conforme nota explicativa nº 12b. **25 Resultado financeiro líquido:**

Continua ➤

DocuSigned by
Diario de Noticias
Assinado por: AMS EDITORA LTDA:00559976000107
CPF: 95190953815
Papel: Márcio Antonio Lopes da Costa
Data/Hora da Assinatura: 09/04/2026 22:08:03 BRT
O: ICP-Brasil, OU: AC SOLUTI Multipla v5
L: Sao Paulo, S: SP, C: BR
Emissor: AC SOLUTI Multipla v5
F30028BECACE477...

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2021, que institui a Infraestrutura da Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Esta publicação foi feita de forma 100% digital pela empresa Diário de Notícias em seu site de notícias.
AUTENTICIDADE DA PÁGINA. A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ao lado ou pelo link *https://publilegal.diariodenoticias.com.br/*

Docusign Envelope ID: 11EB219B-0AD9-8F1B-81F9-0B3C20C47F0E

Continuação ➢

	31/12/2025	31/12/2024
Despesas financeiras:		
Juros passivos	(5.628)	(6.714)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(20.056)	(16.138)
Amortização de custos dos empréstimos e financiamentos	(9.725)	(9.013)
Juros e atualização sobre comissionamento	(1.321)	(4.324)
Outras despesas financeiras	(1.044)	(7.335)
	(37.774)	(43.524)
Receitas financeiras:		
Juros ativos	765	2.056
Rendimentos de aplicações financeiras	1.317	2.156
Descontos obtidos	2.404	439
	4.486	4.651

	31/12/2025	31/12/2024
Variação cambial, líquida:		
Variação cambial ativa	6.260	27.167
Variação cambial passiva	(17.594)	(23.623)
	(11.334)	3.544
Resultado financeiro líquido	**(44.622)**	**(35.329)**

26 Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros: Classificação dos instrumentos financeiros:

Ativos	Classificação	Nível (a)	Valor contábil 31/12/2025	Valor contábil 31/12/2024
Caixa e equivalentes de caixa	Valor justo pelo resultado	Nível 2	13.406	9.768
Aplicações financeiras vinculadas	Valor justo pelo resultado	Nível 2	3.421	9.385
Contas a receber de clientes	Custo amortizado		63.720	88.748
Depósitos judiciais	Custo amortizado		477	449
			81.024	108.350

	Valor contábil	Valor contábil
Passivos		
Fornecedores Custo amortizado	37.227	73.359
Empréstimos e financiamentos Custo amortizado	126.089	66.829
Comissões a pagar Custo amortizado	1.310	14.776
Outras contas a pagar Custo amortizado	7.030	49.693
	171.656	204.657

Para todas as operações a Administração considera que o valor justo se aproxima ao valor contábil, uma vez que a taxa de juros efetiva de seus instrumentos financeiros representa valores compatíveis com condições atuais de mercado. ***a. Mensuração por nível:*** A Companhia usa a seguinte mensuração para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação: • Nível 1: preços cotados (sem ajustes) nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos. • Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente. • Nível 3: técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado. ***Fatores de risco financeiro:*** As atividades da Companhia a expõe a determinados riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco cambial e risco de taxa de juros), risco de crédito, risco de liquidez e risco de concentração de clientes. ***b. Risco de mercado: (i) Risco cambial:*** O risco cambial ocorre quando operações comerciais futuras, ativos ou passivos registrados são mantidos em moeda diferente da moeda funcional da Companhia. Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, a Companhia possuía ativos e passivos denominados em moeda estrangeira nos montantes a seguir:

	31/12/2025		31/12/2024	
Ativo:	Moeda estrangeira	Reais	Moeda estrangeira	Reais
Contas a receber em dólares norte-americanos (US$)	9.920	49.171	9.642	58.482
Contas a receber em euros (€)	-	-	1.054	6.783
Passivo:				
Fornecedores em dólares norte-americanos (US$)	(2.237)	(12.337)	(1.543)	(8.998)
Fornecedores em euros (€)	(659)	(4.265)	(2.028)	(13.052)
Fornecedores em libra	(69)	(508)	(244)	(1.892)
Empréstimos bancários (US$)	(402)	(2.438)	(6.685)	(14.993)
Empréstimos bancários (€)	(2.196)	(14.317)		
Exposição líquida	4.357	15.306	196	26.330

(ii) Análise da sensibilidade da dívida das Debêntures atrelada ao CDI, CDCA atrelada ao IPCA e outros empréstimos. A Companhia possui em seu passivo dívida de Debêntures indexada ao CDI (CDCA atrelada ao IPCA em dezembro de 2024), com saldo devedor de R$109.626 em 31 de dezembro de 2025 (R$45.355 ao final do exercício de 2024). As dívidas foram contraídas em 31 de março e 14 de agosto de 2025, possuem uma taxa de juros anual de 6,5% além da correção pelo CDI (Juros anual de 8% além da correção pelo IPCA em dezembro de 2024) e vencimento final previsto para 28 de fevereiro de 2029. Este mesmo indicador também foi considerado para analisar os demais empréstimos, sendo R$ R$ 16.144 (R$4.919 em dezembro de 2024), perfazendo um saldo devedor total de R$ 125.770 (R$50.274 em dezembro de 2024). A análise de sensibilidade foi realizada para avaliar o impacto potencial de variações no CDI e IPCA sobre o montante da dívida da empresa. Considerou-se cenários de variação do CDI utilizando-se a taxa acumulada do ano de 2025 de 14,26% (IPCA acumulada do ano de 2024 de 4,83%), e nos cenários I e II, foram considerados aumento e redução na taxa de juros de 25% e 50%, respectivamente. A análise assume que todas as outras variáveis econômicas permanecem constantes. Resultados da análise de sensibilidade:

	Análise de sensibilidade – 31/12/2025				
		Aumento da dívida com aumento do CDI		Aumento da dívida com redução do CDI	
	Reais	25%	50%	25%	50%
Cenário das Debêntures	109.626	129.167	133.075	123.935	122.611
Empréstimos - outros	16.144	19.022	18.056	18.251	18.056

	Análise de sensibilidade – 31/12/2024				
		Aumento da dívida com aumento do IPCA		Aumento da dívida com redução do IPCA	
	Reais	25%	50%	25%	50%
Cenário do CDCA	45.355	48.093	48.641	46.998	46.450
Empréstimos – outros	4.919	5.216	5.275	5.097	5.038

(iii) Análise de sensibilidade de moeda estrangeira: Com base na posição patrimonial de 31 de dezembro de 2025, e projeções futuras do câmbio de acordo com boletim Focus emitido pelo Banco Central, estima-se que um aumento ou uma redução de 25% e 50% na taxa de câmbio do real (R$) perante as moedas estrangeiras que resultaria em ganho ou perda na Companhia, brutos de imposto de renda e contribuição social, nos montantes a seguir:

	Ganho (perda) – 31/12/2025				
		Aumento		Redução	
	Reais	25%	50%	25%	50%
Câmbio em dólares norte-americanos (US$)	34.396	8.599	17.198	(8.599)	(17.198)
Câmbio em euros (€)	(18.582)	(4.646)	(9.291)	4.646	9.291
Câmbio em libra	(508)	(127)	(254)	127	254
	15.306	3.826	7.653	(3.826)	(7.653)

	Ganho (perda) - 31/12/2024				
		Aumento		Redução	
	Reais	25%	50%	25%	50%
Câmbio em dólares norte-americanos (US$)	34.491	8.623	17.246	(8.623)	(17.245)
Câmbio em euros (€)	(6.269)	(1.567)	(3.135)	1.567	3.135
Câmbio em libra	(1.892)	(473)	(946)	473	946
	26.330	6.583	13.165	(6.583)	(13.164)

(iv) Análise de sensibilidade das aplicações financeiras: Decorre da possibilidade da Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos financeiros. A Companhia busca diversificar a aplicação de recursos em termos de taxas pós-fixadas visando à mitigação desse tipo de risco. Em decorrência do histórico de volatilidade das taxas de juros, a Companhia preparou uma análise de sensibilidade sobre seus instrumentos financeiros expostos, demonstrando os eventuais impactos, com base em premissas disponíveis no mercado. Foram considerados aumento e redução da CDI na taxa de juros em 25% e 50%, respectivamente. A análise assume que todas as outras variáveis econômicas permanecem constantes. Os efeitos nas taxas são demonstrados conforme segue:

			Ganho (perda) das aplicações - base CDI – 31/12/2025				
				Aumento da CDI em:		Redução do CDI em:	
	Indexador	Reais	Cenário provável CDI 14,26%	25%	50%	25%	50%
Aplicação financeira vinculadas		3.421	3.909	4.031	4.153	3.787	3.665
Aplicação financeira		1.382	1.579	1.628	1.678	1.530	1.481
Conta de garantia - aplicação financeira	CDI	11.221	12.821	13.221	13.621	12.421	12.021
		16.024		18.880	19.452	17.738	17.167

			Ganho (perda) das aplicações - base CDI - 31/12/2024				
				Aumento da CDI em:		Redução do CDI em:	
	Indexador	Reais	Cenário provável CDI 10,83%	25%	50%	25%	50%
Aplicação financeira vinculadas		9.385	10.401	10.656	10.910	10.148	9.894
Aplicação financeira	CDI	249	276	283	289	269	262
Conta de garantia - aplicação financeira		9.126	10.114	10.361	10.609	9.867	9.620
		18.760		21.300	21.808	20.284	19.776

O cenário provável considerou a cotação futura do DI para 360 dias, conforme informação obtida na B3 em 02 de janeiro de 2026, no patamar de 14,26% a.a., resultando nos cenários de aumento de 25% e 50%, a taxa de 17,83% e 21,39% respectivamente, e no cenário de redução de 25% e 50%, resultou nas taxas de 10,70% e 7,13%, respectivamente. ***c. Risco de crédito:*** A política de vendas da Companhia considera o nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis e a seletividade de seus clientes, assim como os limites individuais de posição, são procedimentos adotados para minimizar eventuais problemas de inadimplência nas contas a receber. No que diz respeito aos recursos mantidos em instituições financeiras, a Companhia tem como política trabalhar com instituições de primeira linha e não concentrar os recursos em um único grupo econômico. ***d. Risco de liquidez:*** É o risco da Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. Para administrar a liquidez, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de Tesouraria. A tabela abaixo analisa os passivos financeiros da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

Em 31 de dezembro de 2025:	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Mais de dois anos	Total
Fornecedores	37.227			37.227
Empréstimos e financiamentos	63.948	110.682	7.835	182.465
Comissões a pagar	1.310			1.310
Outras contas a pagar	6.617	413		7.030
	109.102	111.095	7.835	228.032

Em 31 de dezembro de 2024:	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Mais de dois anos	Total
Fornecedores	73.359	-	-	73.359
Empréstimos e financiamentos	66.829	-	-	66.829
Comissões a pagar	14.776	-	-	14.776
Outras contas a pagar	48.860	833	-	49.693
	203.824	833	-	204.657

e. Risco de concentração de clientes: Os produtos da Companhia são usualmente vendidos mediante ordens de compra, em que é observado um número concentrado de clientes, que representam um volume significativo de suas vendas. Atualmente, cerca de 63% do seu faturamento bruto é concentrado em 03 (três) clientes. A perda de um cliente relevante ou a redução do volume adquirido por este poderá afetar negativamente a Companhia. *Gestão de capital* Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos quotistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

	31/12/2025	31/12/2024
Total de empréstimos e financiamentos	126.089	66.829
(-) Caixa e equivalentes de caixa	13.406	9.768
(=) Dívida líquida	112.683	57.061
Total do patrimônio líquido	59.079	87.252
Total do capital	362.894	362.894
Índice de alavancagem financeira %	191%	65%

Composição da Diretoria
Riccardo Gambarotto - Diretor Presidente
Andrea Maria Oliveira - Diretora Financeira
Responsável Técnico
Luiz Gustavo de Castro Oliveira - Contador CRC 1MG119817/O-0

Relatório do Auditor Independente Sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Acionistas e Administradores da Blendpaper Security Papéis Especiais S.A. Salto - SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Blendpaper Security Papéis Especiais S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Blendpaper Security Papéis Especiais S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e as normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil. Nós também cumprimos com as demais responsabilidades éticas, de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Campinas, 25 de março de 2026

KPMG Auditores Independentes Ltda. - CRC 2SP-027612/O-4 F SP
Fábio Roberto Elias Tymburibá - Contador CRC 1SP214859/O-2

DocuSigned by
Diario de Noticias
Assinado por: AMS EDITORA LTDA:00559976000107
CPF: 85160953215
Papel: Márcio Antonio Lopes da Costa
Data/Hora da Assinatura: 09/04/2026 22:08:21 BRT
O: ICP-Brasil, OU: AC SOLUTI Multipla v5
L: Sao Paulo, S: SP, C: BR
Emissor: AC SOLUTI Multipla v5
F30029BECACE477...

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2021, que institui a Infraestrutura da Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Esta publicação foi feita de forma 100% digital pela empresa Diário de Notícias em seu site de notícias.
AUTENTICIDADE DA PÁGINA. A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ao lado ou pelo link *https://publilegal.diariodenoticias.com.br/*